

Gerardo Magela



Debates em Plenário são acompanhados das galerias por representantes das organizações sindicais

Plenário aprova regularização de centrais sindicais

Projeto é acolhido após acordo entre governo e oposição para que, em 90 dias, grupo de trabalho elabore proposta com mecanismos definitivos de sustentação dos sindicatos

A proposta originária do Executivo retorna ao exame dos deputados por ter sofrido modificações no Senado. “As centrais sindicais passam a existir de fato e de direito”, ressaltou Paulo Paim, um dos três relatores da matéria, juntamente com Francisco Dornelles e Lúcia Vânia. Dornelles propôs uma emenda extinguindo a contribuição sindical da forma

como é feita hoje somente após a nova regulamentação para a matéria: grupo de trabalho deverá sugerir projeto para disciplinar a contribuição negociada. Uma das modificações introduzidas pelos senadores na proposta aprovada ontem estabelece que as associações sindicais prestarão contas anualmente ao Tribunal de Contas da União (TCU). **Página 3**

Prevenção da violência começa na infância, afirma especialista

A segurança afetiva da criança ajuda a erradicar a violência, reduzir o fracasso escolar e evitar distúrbios de comportamento. A afirmação é do psiquiatra Hubert Montagner em audiência no Senado. **Página 6**



Patricia Saboya ouve Hubert Montagner, especialista francês em psiquiatria infantil

Comissão cria Selo Estatuto da Cidade

Distinção pode ser dada pelo governo federal a municípios que implementarem diretrizes e ações contidas no Estatuto da Cidade. **Página 8**

Orçamento deve ser votado até dia 21

Comissão de Orçamento espera aprovar relatório final até 17 de dezembro, para permitir votação da proposta em 21 de dezembro. **Página 2**



Embaixador: empresas do Brasil geram 10% do PIB angolano

O crescimento dos investimentos brasileiros foi ressaltado por Afonso Cardoso. A CRE aprovou sua indicação para embaixador em Angola, assim como a dos representantes para a África do Sul e a Guatemala. **Página 7**



Na CRE, Afonso Cardoso (E), José Vicente Pimentel, Heráclito e Luiz Antonio Fachini

J. Freitas

Jane Araújo

José Pimentel quer votar os dez relatórios parciais ainda na próxima semana. Projeto recebeu quase 10 mil emendas de deputados e senadores

Orçamento da União deve ser votado até 21 de dezembro

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve votar entre terça e quinta-feira da próxima semana os dez relatórios setoriais que servem de base para o relatório final do projeto do Orçamento da União para 2008. Como espera o relator-geral, deputado José Pimentel (PT-CE), as definições dos relatores setoriais sobre as emendas – individuais e coletivas – direcionadas a cada área temática da proposta orçamentária devem ser entregues à secretaria do colegiado ainda hoje.

Os consultores da Câmara dos Deputados e do Senado vão trabalhar neste fim de semana para consolidar os primeiros relatórios,

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço

www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Sessão deliberativa com início às 9h.

Dia Nacional do Samba recebe homenagem

A Rádio Senado apresenta hoje, às 18h, programa dedicado ao Dia Nacional do Samba, a ser comemorado em 2 de dezembro. A homenagem trará um bate-papo com os mais importantes representantes do ritmo, entre eles Billy Blanco, Elton Medeiros, Nelson Sargento, Beth Carvalho e Teresa Cristina. Reprises poderão ser ouvidas amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h.

Participação dos parlamentares

Desde a Magna Carta de 1215, imposta pela nobreza inglesa a John Lackland (João Sem Terra), pela qual o rei não podia cobrar impostos sem o consentimento dos súditos, o Parlamento tem como um dos principais papéis elaborar ou aprovar o orçamento ou a lei dos meios. Desempenhar esse papel é um jogo de pressões e contrapressões. No Brasil não é diferente, como mostram os números de emendas à parte relativa às despesas na proposta do Executivo.

7.877 emendas individuais apresentadas por deputados federais

1.121 assinadas por senadores

621 emendas coletivas (bancadas estaduais e comissões técnicas das duas Casas), das quais 14 foram excluídas pelo Comitê de Emendas da CMO

Total: 9.619 emendas

a fim de que sejam publicados na segunda-feira e comecem a ser apreciados pela comissão no dia seguinte. Pelo último cronograma de tramitação, a fase de entrega dos relatórios temáticos deveria estar concluída ontem. Feriados e manobras de obstrução realizadas pela oposição nas últimas semanas, nas duas Casas, exigiram um reajuste nas datas.

– Apesar disso, os prazos serão cumpridos. O cronograma é perfeitamente administrável – comentou José Pimentel.

O prazo de votação do relatório final na CMO, portanto, permanece fixado na data de 17 de dezembro. Antes, a comissão deverá deliberar sobre o segundo relatório de reavaliação das receitas e também o relatório referente às obras irregulares, que ficam impedidas de receber recursos no exercício. Se mantido o cronograma, o parecer da CMO à proposta orçamentária deve ir a votação em sessão do Congresso até o dia 21 de dezembro.

O projeto recebeu 9.619 emendas à despesa, incluindo 7.877 individuais apresentadas por depu-

tados federais e 1.121 assinadas por senadores. Foram totalizadas 621 emendas coletivas (bancadas estaduais e comissões técnicas das duas Casas), mas o relatório do Comitê de Emendas foi aprovado com a inadmissibilidade de 14 dessas proposições.

Novas despesas

Os valores solicitados para novas despesas, no conjunto das emendas, chegaram a R\$ 62,6 bilhões. Nessa conta, estão os R\$ 15,3 bilhões reservados às emendas individuais – R\$ 8 milhões para as 25 emendas garantidas a cada senador e deputado, que são automaticamente incorporadas aos relatórios temáticos. Os relatores setoriais, no entanto, dispõem de recursos limitados para atender aos pedidos referentes às emendas coletivas. O relator-geral estima que, no conjunto de coletivas e individuais, serão atendidos entre 10% e 12% das despesas propostas.

– Manteremos a tradição. O volume de recursos demandado foi semelhante ao dos anos precedentes – disse Pimentel, que acredita na renovação da CPMF.

Comissão conclui votação do PPA com ênfase na infra-estrutura

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) concluiu, na noite de quarta-feira, a votação do relatório final do deputado Vignatti (PT-SC) ao projeto que institui o Plano Plurianual (PPA) 2008-2011. O texto-base do parecer já havia sido aprovado pelo colegiado em reunião ocorrida na parte da manhã do mesmo dia.

Dos 503 pedidos de destaque para votação em separado apresentados pelos membros da comissão, foram acatados sete de modo integral e 211 de forma parcial. Os 285 restantes foram rejeitados.

O parecer da comissão eleva a estimativa de receitas para o período 2008-2011 em R\$ 42 bilhões. O relator destinou metade desses recursos para emendas de bancada e a outra metade foi dividida, em partes iguais, entre emendas de comissões e emendas individuais.

No texto, Vignatti cria três programas que não estavam previstos no projeto do governo: dois na área de infra-estrutura

urbana e um para aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar.

Um acordo com a oposição permitiu a aprovação parcial de destaque apresentado pelo deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP). O acerto alterou a redação do artigo 14 do PPA, que permitia a abertura de créditos suplementares, por decreto, às ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Com a mudança, será possível o remanejamento de até 30% dos recursos de cada projeto, mediante o cancelamento de valor equivalente em outra obra do programa.

A lei do PPA, como determina a Constituição, define de forma regionalizada as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e correntes. O plano, segundo avaliou o relator Vignatti, pretende acelerar o crescimento econômico, promover a inclusão social e reduzir as desigualdades regionais.



Integrantes da CMO reunidos: reforço à infra-estrutura urbana e à agricultura familiar

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo, Antônio Carlos Valadares, Jayme Campos e Mão Santa

Acordo estabelece que grupo de trabalho deverá apresentar ao Congresso Nacional, em 90 dias, proposta disciplinando a contribuição sindical negociada

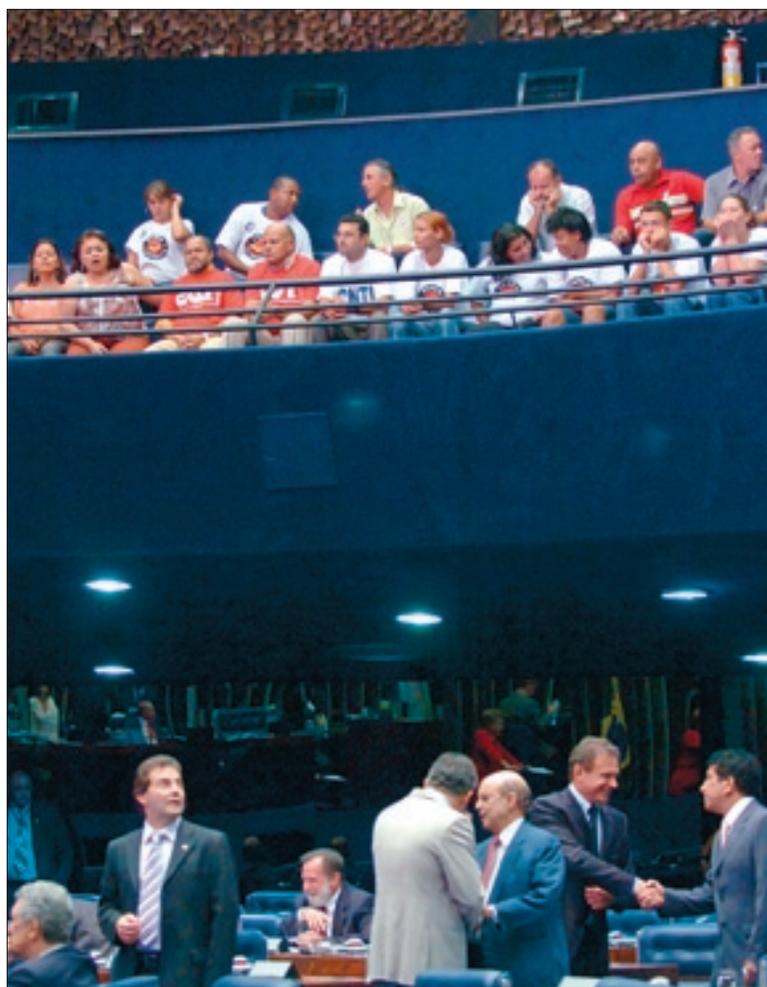
Senadores aprovam, por unanimidade, projeto que regulariza centrais sindicais

Os senadores aprovaram ontem o projeto enviado pelo Executivo que reconhece formalmente as centrais sindicais para representarem os trabalhadores e participarem de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de composição tripartite nos quais estejam em discussão assuntos de seu interesse. A matéria foi aprovada por unanimidade pelos senadores, em votação simbólica, e, como sofreu modificações no Senado, volta agora para análise da Câmara dos Deputados.

O projeto (PLC 88/07) estava tramitando em conjunto nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS). Embora os relatores da matéria já estivessem com seus relatórios prontos, esses não chegaram a ser votados em virtude de o prazo para sua apreciação nas comissões ter expirado no dia 19 de novembro, já que o projeto tramitava em regime de urgência, conforme acordo entre os líderes partidários. Os relatores da proposta, senador Francisco Dornelles (PP-RJ) na CAE, Lúcia Vânia (PSDB-GO) na CCJ e Paulo Paim (PT-RS) na CAS, apresentaram votos idênticos pela aprovação da matéria, com algumas modificações em relação ao texto aprovado pelos deputados.

Desconto

Uma das emendas da Câmara que foram rejeitadas pelos senadores é a que estabelecia que o desconto do imposto ou contribuição sindical na folha de pagamento dos empregados (pago no mês de março de cada ano) só poderia ser feito desde que



Das galerias, representantes do movimento sindical acompanham votação em Plenário

autorizado individualmente pelo trabalhador. A emenda foi rejeitada depois de acordo firmado entre governo, oposição e sindicatos para que, no prazo de 90 dias, um grupo de trabalho encabeçado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com participação de trabalhadores e empresários, elabore estudo sobre mecanismos definitivos de sustentação financeira dos sindicatos.

Levando em consideração o

estudo desse grupo, que deverá resultar no envio de um projeto para disciplinar a contribuição sindical negociada, Dornelles propôs uma emenda extinguindo a contribuição sindical da forma em que é feita atualmente somente após a nova regulamentação para a matéria.

Rateio

O projeto também muda a forma de rateio da contribuição sindical compulsória dos empregados,

incluindo as centrais sindicais, que devem receber 10% do valor arrecadado, mantido inalterado, porém, o rateio da contribuição devida pelos empregadores.

Os senadores estabeleceram que os sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais prestarão contas anualmente ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a aplicação dos recursos recebidos.

Centrais sindicais

Na discussão em Plenário, Paulo Paim agradeceu o apoio dos líderes partidários no Senado e lembrou que, depois de 24 anos, “as centrais sindicais passam a existir de fato e de direito”.

Osmar Dias (PDT-PR) agradeceu o trabalho do deputado Paulinho da Força em prol do projeto. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que os sindicatos “são indispensáveis para o país e para os trabalhadores”. Aloizio Mercadante (PT-SP) disse que os sindicatos são “instrumentos fundamentais de defesa dos direitos dos trabalhadores”.

José Agripino (DEM-RN) registrou que a chamada contribuição negociada existe em vários países. Cristovam Buarque (PDT-DF) opinou que os sindicatos “fazem parte das bases que sustentam a democracia”. Sibá Machado (PT-AC) avaliou que os sindicatos “estão estreitamente ligados às conquistas dos trabalhadores brasileiros”.

Os senadores Romeu Tuma (PTB-SP), Alvaro Dias (PSDB-PR), Heráclito Fortes (DEM-PI), Patrícia Saboya (PDT-CE) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) também discutiram a matéria em Plenário e elogiaram o trabalho dos relatores.

“Hoje é um dia histórico”, comemora Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) comemorou ontem, em Plenário, a aprovação pelo Senado do projeto que formaliza a existência das centrais sindicais.

A proposta, como destacou o senador, reconhece formalmente as centrais sindicais para representarem os trabalhadores em foros nos quais estejam em discussão assuntos de seu interesse.

Citando trechos do livro *Trabalhadores do Brasil – Uma história do movimento sindical*, de Antônio Neto, Paim apresentou um resumo dos momentos mais importantes do desenvolvimento do sindicalismo brasileiro.

– Hoje é um dia histórico para o movimento sindical. O Brasil está no mínimo há 60 anos esperando a legalização das centrais sindicais.

Célio Azevedo

Paim homenageou ainda o fotógrafo do Senado Célio Alves de Azevedo, que completa 70 anos no próximo dia 3 de dezembro. Célio começou a trabalhar no Senado em 1974, numa época em que as fotografias ainda eram reveladas em laboratório localizado onde hoje há uma capela, no Salão Negro.

– Foram 33 anos e oito meses dedicados a registrar a história do Senado, do Congresso e do país, por meio de lentes que evoluíram tecnologicamente.

Especialistas denunciam demissão arbitrária de dirigentes sindicais

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizou ontem audiência pública para debater a demissão arbitrária de dirigentes sindicais. Os convidados denunciaram casos de demissão de dirigentes que consideram como “perseguição e ataques à liberdade de organização sindical”, e reivindicaram a regulamentação do artigo 8º da Constituição, que determina a estabilidade no emprego para esses dirigentes.

Compareceram à audiência a subprocuradora-geral do Traba-



Paulo Paim (E) preside audiência pública, ao lado de Zilmara Alencar, Adriano Sandri e Maria Aparecida Gurgel

lho e coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão, Maria Aparecida Gurgel; o presidente do Sindicato Nacional

dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Paulo Marcos Rizzo; o presidente da Associação dos Docentes da

Universidade Católica de Brasília (UCB), Adriano Sandri; o presidente do Sindicato Nacional dos Metroviários, Wagner Perei-

ra; a coordenadora da Secretaria de Relações do Trabalho, Zilmara David de Alencar; e o conselheiro federal da OAB, Roberto de Figueiredo Caldas.

A audiência começou com um manifesto contra a demissão de oito professores que faziam parte da diretoria da Associação dos Docentes da UCB. Maria Aparecida Gurgel disse que, à exceção do caso da UCB, não havia registro de qualquer denúncia de demissões arbitrárias em instituições privadas de ensino superior.

Para Mão Santa, Lula deveria pedir perdão à jovem presa

Ao manifestar ontem sua indignação com o caso da menor que ficou presa com homens na delegacia de Abaetetuba (PA), o senador Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu ao presidente Lula que peça pessoalmente desculpas à jovem, em nome do povo brasileiro.

– É tempo ainda de o nosso presidente pedir perdão à jovem.

Mão Santa criticou o governo do Piauí pelo que considera má administração do estado. De acordo com o senador, a incompe-



Fotos: Geraldo Magela

Mão Santa: desculpas em nome do povo à menor que ficou presa com homens

tência da administração estadual pode ser demonstrada pela queda no número de alunos matriculados nas escolas públicas, pela redução da renda *per capita* e pelo fechamento de uma vara de Justiça.

Campos pede que PF atue no caso dos professores da UFMT

Jayme Campos (DEM-MT) lamentou o assassinato de três professores da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), ocorrido na madrugada de quarta-feira. Ele fez um apelo ao governador Blairo Maggi, para que aceite trabalhar em parceria com a Polícia Federal na elucidação do caso e sugeriu a criação de uma comissão especial, integrada por pessoal da área de inteligência da polícia.

Conforme o senador, há



Jayme Campos menciona possível participação do PCC no crime

suspeitas de envolvimento do Primeiro Comando da Capital (PCC), já que a UFMT reivindicava a anexação de terras que teriam sido compradas com dinheiro do assalto de 2005 ao Banco Central, no Ceará.

Quintanilha saúda agentes de saúde de Porto Nacional

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) elogiou ontem a câmara de vereadores e a prefeitura de Porto Nacional (TO) por cumprirem a Constituição federal efetivando nos cargos os agentes de saúde e os agentes de combate a epidemias daquela cidade. Os funcionários puderam se beneficiar de dispositivo que permite a efetivação de agente contratado antes de fevereiro de 2006 por meio de concurso ou processo seletivo simplificado.



Servidores foram efetivados nos cargos conforme Constituição, diz Quintanilha

O senador lembrou o esforço desses servidores no combate aos focos da dengue, na orientação a gestantes e outras situações de risco, poupando leitos hospitalares. Ele estimulou outros municípios a concederem o mesmo benefício.

Senado homenageia Theóphilo Ottoni em seu bicentenário

O Senado prestou ontem homenagem ao ex-senador Theóphilo Benedicto Ottoni (1807-1869), no bicentenário do seu nascimento. O requerimento para a sessão foi apresentado pelo presidente



Eduardo Azeredo discursa em sessão presidida por Tião Viana

interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), e pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Compuseram a Mesa durante a sessão o sobrinho-bisneto e o sobrinho-trineto de Theóphilo Ottoni, Benedicto e Tadeu Ottoni; o deputado federal Saraiva Felipe (PMDB-MG) e o ex-ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e autor

a Revolução Liberal mineira de 1842, mas saiu derrotado na Batalha de Santa Luzia e foi preso na cidade de Ouro Preto. Anistiado em 1844 pelo imperador, reelegeu-se deputado. Em 1853, ele inaugurou a cidade da Philadélfia como centro das colônias do Mucuri. Posteriormente, a cidade passou a se chamar Teófilo Otoni.

do livro *Theóphilo Ottoni, a República e a Utopia do Mucuri*, Nilmário Miranda.

Theóphilo Ottoni foi deputado provincial por Minas Gerais, deputado geral e senador do Brasil durante o Império. Liderou

TIÃO VIANA

Liberal desafiou com idéias o absolutismo monárquico

O presidente interino do Senado, Tião Viana, afirmou que a instituição se orgulha de abrigar, ao longo de quase dois séculos de existência, personalidades do porte do liberal que desafiou com armas e idéias os resquícios do absolutismo monárquico que sobreviviam no contexto de constituição do Brasil independente.

Theóphilo Ottoni teve a vida marcada por intensa atuação pública e pelo empreendedorismo como senador. Nascido em 1807 na Vila do Príncipe, atual Serro (MG), notabilizou-se pela defesa da descentralização do Estado e pela luta contra o crescente autoritarismo de dom Pedro I.

– Abraçou a causa liberal e dela nunca se afastou – frisou.

EDUARDO AZEREDO

Soube conciliar talentos políticos e empreendedores

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou que Theóphilo Benedicto Ottoni foi “uma das figuras mais notáveis e emblemáticas da política mineira no século 19”.

– Ele soube conciliar com maestria o político e o empreendedor – disse Azeredo, que o classificou como um homem de idéias e de ação, que atuou com ousadia, dedicação e competência nos campos políticos, social e econômico.

Conforme o senador, o homenageado também participou de forma ativa do processo que culminou com a abdicação de dom Pedro I ao trono e liderou rebeliões e revoltas, pegando em armas. Culto e incorruptível, afirmou, morreu em 1869, vítima de intoxicação miasmática.

HÉLIO COSTA

Visionário que “trouxe caminhos de um Brasil melhor”

O ministro das Comunicações e senador licenciado, Hélio Costa, disse que até os dias de hoje a Câmara de Vereadores de Barbacena (MG) é chamada de Palácio da Revolução Liberal, pois foi em Barbacena (sede do governo revolucionário) que Theóphilo Ottoni entregou o comando da revolução a José Feliciano Pinto Coelho da Cunha. Para Hélio Costa, Ottoni foi um visionário que “trouxe os caminhos de um Brasil melhor”.

Costa registrou o lançamento, há dois meses, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, de selo postal comemorativo em homenagem a Ottoni e elogiou o livro *Teófilo Ottoni, a República e a Utopia do Mucuri*.

Viana: Renan tem o direito de lutar pela absolvição

Indagado por jornalistas a respeito dos votos que o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) garimpou para ser inocentado no projeto que pede a cassação de seu mandato parlamentar, o presidente interino do Senado, Tião Viana, afirmou que “não se pode

tirar o direito de Renan Calheiros de lutar, com todas as forças que lhe sejam possíveis, no sentido de defender a sua absolvição”.

O presidente licenciado será julgado, em Plenário, na próxima terça-feira, sob a acusação de que se utilizou de terceiros para

comprar veículos de comunicação em Alagoas. Sobre suposto “clima” mais forte para absolver Renan, Tião Viana disse não querer entrar nesse debate pela condição de estar presidindo interinamente o Senado. “Prefiro deixar esse assunto com a cons-

ciência de cada parlamentar”, observou.

Após ser questionado por jornalistas, ele declarou ainda que não havia conversado com Renan Calheiros sobre uma possível renúncia à Presidência do Senado.

Avança discussão da CPMF; presidente interino afirma que há condições para votar dia 6; líder diz que estatuto do DEM veda aumento da carga tributária



Agripino: "Raiva" de Lula é porque DEM foi o primeiro a fechar questão contra

José Agripino rebate declarações do presidente Lula

A acusação de que "o DEM torce todo santo dia para as coisas não darem certo neste país" e a de que "quem tem medo da CPMF é quem sonega imposto", feitas ontem pelo presidente Lula, levaram o líder do partido no Senado, José Agripino (RN), a indagar quem concedeu autoridade ao presidente da República para julgar que está mais certo quem vota pela prorrogação da contribuição do que pela sua extinção.

– Sei por que o presidente Lula anda irrequieto e está direcionando sua irritação especificamente para o Democratas. A raiva dele é porque o nosso partido foi o primeiro a fechar questão contra a prorrogação da CPMF. Essa posição foi adotada não porque sejamos do contra, mas porque o nosso estatuto determina que devemos lutar contra o aumento da carga tributária.

Derrota

Para o senador, o presidente ficou ainda mais irritado ao ver fotografias e notícias sobre reunião do DEM com 32 senadores contrários à prorrogação. Pelos cálculos de José Agripino, Lula sabe que pelo menos dois outros senadores, que não puderam comparecer ao encontro, são votos certos contra a proposta do governo.

Agripino fez um alerta aos demais senadores com a afirmação de que, antevendo a derrota, o governo passará a usar de todos os métodos para tentar reverter a situação. Ele antecipou que um dos argumentos será o de que, por exemplo, o Piauí arrecada menos de CPMF do que recebe na forma de repasse de recursos do tributo. Outra estratégia que o governo deverá utilizar, classificada pelo senador como chantagem, será ameaçar com interrupção ou diminuição dos benefícios do programa Bolsa Família.

Viana diz que nada fará para apressar votação

O presidente interino do Senado, Tião Viana, afirmou ontem, ao chegar ao Congresso, que, regimentalmente, é possível antecipar de 14 para 6 de dezembro a votação em primeiro turno da proposta de prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), mas que não fará nenhum movimento nesse sentido. Antecipar em oito dias essa votação, para que ela aconteça dois dias depois do julgamento de Renan Calheiros, é uma idéia do líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

– Que há condições regimentais para isso, há. Que eu farei algum movimento nesse sentido de antecipação, não. Compete ao entendimento entre a base do governo e a oposição dar o suporte para o devido processo legal – disse Viana.

– Mas, presidente, o resultado do julgamento de Renan não pode embaralhar a votação da CPMF? – perguntou um jornalista.

– Penso que as coisas têm que ser devidamente separadas.



Entendimento para votar PEC dia 6 compete à base do governo e à oposição, afirma Tião Viana

O caso Renan envolve um sentimento de justiça, um caso de consciência de cada parlamentar e uma observação do que significa a defesa da instituição, o mandato parlamentar de um senador.

Calendário

Na organização do calendário

de votações do fim do ano, o presidente interino da Casa fixou em 4 de dezembro a votação do projeto de resolução do Conselho de Ética propondo a perda do mandato de Renan. A acusação é que ele firmou uma sociedade secreta com o empresário João Lyra para a compra de um jornal e de duas emissoras de rádio em Alagoas.

No mesmo calendário, Viana fixou em 14 de dezembro a votação, em primeiro turno, da proposta que estende até 2011 a cobrança da CPMF. A oposição diz que tem votos suficientes para derrubar essa cobrança, mas o PDT dá indicações de que votará a favor. Questionado sobre isso, o presidente interino respondeu:

– O que se observa é que há um movimento mais intenso por parte da base do governo em direção a acordos com setores que estavam intransigentes anteriormente,

como alguns setores do PDT. O debate está posto e num nível de discussão bem elevado. Isso é muito importante para a democracia. Estamos falando de R\$ 40 bilhões que, se retirados subitamente da economia, causariam um desequilíbrio orçamentário. Indagado por um jornalista sobre o que acontecerá se o presidente licenciado renunciar logo em seguida a seu julgamento em Plenário, Tião Viana disse:

– Eu tenho o prazo de cinco dias para proceder a nova eleição.

– O senador Renato Casagrande [PSB-ES] disse que há um clima pró-absolvição de Renan na Casa. O senhor sente esse clima?

– Não, não tenho tratado disso. Quando chega qualquer pessoa para tratar do caso do senador Renan, digo que, para mim, seria muito desconfortável tratar do assunto. Daria a impressão de que eu poderia ter algum interesse nisso, e eu não quero criar nenhum tipo de vínculo entre a condição em que estou de interinidade e o julgamento do senador Renan.

Cristovam defende CPMF; oposição insiste na rejeição

O Plenário do Senado realizou ontem a terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição que prorroga o prazo de vigência da Contribuição sobre Movimentação Financeira até 2011. A discussão foi dominada pela oposição, principalmente integrantes do Democratas e do PSDB, que voltaram a atacar o imposto.

No entanto, o primeiro inscrito para a discussão, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), explicou a razão de ter anunciado que votará a favor da manutenção do tributo. Informou que o seu partido fez um acordo com o governo vinculando a aprovação da CPMF à aprovação de uma proposta que reduz anualmente, até 2011, a porcentagem da Desvinculação de Recursos da União (DRU) da área da educação.

– Desde sua criação, a DRU desviou cerca de R\$ 72 bilhões da educação – disse Cristovam.

Alguns senadores da oposição, entre eles Sérgio Guerra (PSDB-PE), consideraram ingênua a atitude de Cristovam, argumentando que o governo não cumprirá o acordo CPMF pela DRU.

– Posso ser ingênuo, conforme já me disseram até em e-mails,



Mário Couto classifica de "alto risco" acordo feito com governo por senador do PDT

mas se conseguirmos extinguir a DRU será uma vitória para os educacionistas – respondeu o parlamentar pelo Distrito Federal.

Postura

O senador João Pedro (PT-AM) enalteceu a "postura republicana" de Cristovam ao propor o entendimento sobre a DRU com o governo, enquanto Mário Couto (PSDB-PA) ressaltou que o acordo pode ser de "alto risco", em decorrência da "falta de compromisso" do presidente Lula com a oposição.

Por sua vez, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) reiterou que a CPMF não tem cumprido seu papel de melhorar a saúde pública e, por essa razão, votará contra a

proposta do governo.

Carga

Falaram também os senadores pelo Piauí, Heráclito Fortes (DEM) e Mão Santa (PMDB), além de Romeu Tuma (PTB-SP), que condenaram a elevada carga tributária do Brasil e os ataques de Lula à oposição. Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) observou que o governo do PT fugiu de uma proposta inicial de promover um ajuste fiscal para gerar o crescimento, para trocá-la pela "gastança" na administração pública.

A prorrogação do imposto do cheque poderá ser votada em segundo turno até o dia 6 de dezembro, de acordo com o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR).

Plenário realiza hoje a quarta sessão de discussão da PEC

Será realizada hoje, a partir das 9h, a quarta sessão de discussão da proposta de emenda constitucional que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Regimentalmente, uma proposta de alteração da Carta Magna deve ser debatida por cinco sessões deliberativas antes da votação em primeiro turno. Se aprovada, passa por mais três sessões de discussão para, então, ser votada em segundo turno.

Com o intuito de acelerar a tramitação e cumprir os prazos regimentais para a votação da PEC, o presidente interino do Senado, Tião Viana, determinou, no início da semana, a realização de sessões deliberativas na segunda e na sexta-feira, quando normalmente não há sessão dessa natureza.

A proposta precisa ser apreciada em dois turnos até o recesso parlamentar, que se inicia no dia 22 de dezembro, para que não ocorra a extinção da contribuição. Caso a proposta seja rejeitada, cessará a cobrança da CPMF no primeiro dia de janeiro.

Psiquiatra que estuda há 38 anos o comportamento infantil diz que crianças devem crescer seguras para enfrentar o convívio pacífico em sociedade

Segurança afetiva na primeira infância pode reduzir violência no futuro

O especialista francês em Psiquiatria Infantil Hubert Montagner afirmou, em audiência pública realizada ontem pelas comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS), que a segurança afetiva das crianças tem papel fundamental para erradicar a violência, reduzir o fracasso escolar e evitar distúrbios de comportamento. Ele também criticou o uso do medicamento Ritalina para tratar a hiperatividade e o déficit cognitivo das crianças.

– A hiperatividade não é uma doença, é um mal-estar, uma insegurança afetiva.

Com o objetivo de combater e prevenir a violência, Montagner defende a criação de estruturas que acolham tanto a família como as crianças pequenas, o pré-adolescente e o adolescente. Para ele, é importante que as crianças cresçam seguras para enfrentar o convívio pacífico em sociedade. Além de creches especiais, o especialista, que estuda há 38 anos o comportamento infantil, sugeriu que as cidades também estejam adaptadas ao acolhimento dos adolescentes e pré-adolescentes.

Montagner contou que experiência realizada na França – cujo documento foi entregue à CE e CAS – criou creches destinadas a crianças que enfrentem problema de abandono, seja por miséria, desemprego ou excesso de trabalho dos pais, conflito conjugal e depressão, entre outros. As



Ao lado de Patrícia Saboya, Hubert Montagner relata experiência na França

atividades são programadas para canalizar a hiperatividade natural das crianças, explicou, o que resulta em afirmação da segurança e na geração de comportamento solidário entre elas. Em tais estabelecimentos, salientou, as agressões são quase inexistentes. Segundo disse, muitos de seus artigos com os resultados das pesquisas foram recusados por revistas científicas porque os pesquisadores americanos não concordavam com a possibilidade de não haver agressões entre as crianças.

As creches também contam com espaços destinados aos pais, irmãos, gestantes e crianças com deficiência e são mantidas pelo governo federal, estadual ou municipal, associações e empresas. Montagner recomendou aos governos que pensassem em longo prazo pois, conforme ressaltou, apesar de o investimento financeiro ser alto, os benefícios se refletirão no futuro com a economia em programas de combate à violência.

Patrícia quer jovens longe da criminalidade

A presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Patrícia Saboya (PDT-CE), afirmou que é importante investir na primeira infância como instrumento para diminuir a violência no Brasil. Na avaliação da senadora, o investimento em programas que contemplem essa fase da vida pode evitar que crianças e adolescentes sejam atraídos para a criminalidade.

Ao responder ao senador Pedro Simon (PMDB-RS), o pesquisador sobre comportamento infantil, Hubert Montagner, disse que a construção de estruturas de acolhimento de crianças no Brasil precisa contemplar a diversidade nacional, com as diferenças sociais, étnicas, culturais, bem como os fatores ecológicos. Experiência similar, afirmou Montagner, foi realizada com sucesso, por exemplo, em Madagascar

e em países muçulmanos.

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) observou que programas sociais do governo federal, como o Bolsa Família, possibilitam às mães dedicar mais tempo ao cuidado dos filhos. Após a audiência pública, que discutiu a importância da prevenção da violência por meio de ações na primeira infância, as entidades e especialistas presentes utilizaram o plenário da Comissão de Educação, onde foi realizado o debate em conjunto com a CAS, para aprofundar a discussão com o palestrante.

Hubert Montagner é neurofisiologista e doutor em Psiquiatria Infantil e em Etologia. Atualmente é pesquisador no Instituto Nacional de Saúde da França e, há 38 anos, estuda o comportamento e a formação infantil.

“Brasil demora a dar atenção à infância”

No segundo e último dia de atividades do 3º Fórum Senado Debate Brasil, que neste ano discute “Políticas para a Primeira Infância – Quebrando a Cadeia de Violência”, especialistas de instituições do Executivo federal explicaram os diversos programas e ações públicas voltados para as crianças de 0 a seis anos no país. O evento foi aberto pelo senador Paulo Paim (PT-RS), com uma palestra sobre a importância da família na formação do desenvolvimento individual da criança.

– A família deve ser incitada a estar presente em todos os momentos de vida de seus filhos. Presença que implica envolvimento, comprometimento e colaboração.

A jornalista Âmar de Barros, coordenadora do Núcleo Infante-juvenil da TV Cultura e moderadora do fórum, destacou que a bandeira da primeira infância é “óbvia e necessária”, mas o Brasil está demorando muito para dar a devida atenção a essa fase de desenvolvimento, que, segundo ela, é “fundamental”.

Rita Coelho, responsável pela coordenação-geral de Educação Infantil da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, ao abordar as políticas educacionais para a primeira infância, afirmou que um dos tipos de violência mais graves na área é o desrespeito aos direitos da criança, entre eles o direito à educação infantil. Entre os desafios propostos para

garantir esses direitos, o MEC tem destacado, de acordo com ela, uma série de prioridades, como o acesso à educação infantil, principalmente entre as faixas etárias compreendidas de 0 a três anos; e a formação adequada de docentes para o ensino infantil.

Já a coordenadora do Programa de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Maria do Socorro Mota, lembrou que há atualmente, no Brasil, 60 milhões de crianças e adolescentes, 23 milhões deles com até 6 anos de idade, e que o governo federal tem trabalhado de forma integrada para executar políticas públicas voltadas para essa faixa da população.

Mariana Lopez, coordenadora de Regulação do Departamento de Proteção Social Básica do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, explicou que o programa Bolsa Família, do governo federal, é um dos principais programas voltados para a família brasileira, responsável, inclusive, segundo ela, pela redução do índice de miseráveis no país.

A coordenadora da Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde, Elsa Regina Giugliane, disse que “o aleitamento materno é estrategicamente o instrumento que mais previne a morte infantil”.



Paulo Paim abre palestras do segundo e último dia de atividades do 3º Fórum Senado Debate Brasil

Educar crianças é o caminho mais indicado

No encerramento, ontem à tarde, do 3º Fórum Senado Debate Brasil, o pediatra e professor da Universidade de Brasília (UnB) Antônio Márcio Lisboa afirmou que a violência não é uma causa, e sim uma consequência da ação de indivíduos com sérios distúrbios de comportamento. Segundo ele, os planos de combate a esse problema não visam prevenir os desvios de conduta responsáveis pelo aumento do número de delinquentes, mas combater o crime utilizando medidas punitivas e restritivas, que acabam por encher os presídios.

– Ninguém nasce ladrão ou corrupto. É mais fácil construir crianças do que consertar adultos e adolescentes – ponderou.

Para o pediatra, é necessário convencer as autoridades de que o problema não está somente na pobreza, na miséria e na desigualdade social. Na avaliação de Lisboa, deficiências na estrutura e na convivência familiar são as principais causas desses

distúrbios de comportamento. O professor explicou que a personalidade de um indivíduo se estrutura aos 6 anos de idade. Sendo assim, uma maior atenção nessa época evitaria o crescimento da “semente da violência” nos adolescentes.

O especialista em educação infantil Vital Didonet, da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar (Omep), afirmou que a violência é uma cadeia de vários elos que se intercalam fortemente. A pergunta que fica, segundo o especialista, é onde interferir. A resposta, Didonet deu ao passar o vídeo *Criança dá Trabalho – Eduque sem bater*. Segundo ele, uma criança só aprenderá limites se os adultos que a educam os tiverem. A educação, lembra, constrói uma visão de paz por meio de valores.

No intervalo, o grupo Dançar é Arte, um projeto sociocultural de inclusão social, que atende crianças carentes de quatro regiões administrativas do Distrito Federal, fez uma apresentação.

Geraldo Magela



Neuto de Conto lembra que seu estado tem 600km de praia

Neuto de Conto aponta razões para turista ir a SC

Os cerca de 3 milhões de turistas que deverão visitar Santa Catarina nestas férias de final do ano têm pelo menos dois bons motivos para fazê-lo: os 600 quilômetros de praia considerados dos mais bonitos do litoral brasileiro e o fato de o estado ter se tornado um dos mais prósperos do país. A afirmação foi feita por Neuto de Conto (PMDB-SC). Ele também elogiou a atuação do governador Luiz Henrique, que está em seu segundo mandato, e do vice Leonel Pavan.

– Em seu primeiro mandato, Luiz Henrique dividiu o estado em 36 regiões, criando praticamente minigovernos, estabelecidos de tal forma que pudessem encurtar a distância com a sociedade. A experiência continuou no segundo mandato e já foi montado um orçamento regionalizado onde a própria sociedade escolhe suas prioridades, por meio de um conselho de desenvolvimento – relatou.

Benefícios

Neuto de Conto explicou que cada conselho é integrado pelos prefeitos da região, os presidentes das respectivas câmaras de vereadores e dois cidadãos de cada município, representando a população. Segundo o senador, o orçamento regionalizado permitiu uma redução nos custos das licitações públicas e a realização de obras realmente prioritárias.

A austeridade ajudou na redução da pobreza no estado, que, apesar de ocupar apenas 1% do território nacional, com 3,2% da população brasileira, tem o sétimo PIB do país e a quarta melhor renda *per capita*.

Comissão de Relações Exteriores aprova indicações de embaixadores para Angola, África do Sul e Guatemala, além da realização de audiência para discutir situação política da América do Sul

Empresas brasileiras geram 10% do PIB angolano, afirma diplomata

As empresas brasileiras já são responsáveis pela geração de 10% do produto interno bruto (PIB) de Angola, disse ontem o embaixador designado para aquele país, Afonso José Sena Cardoso, cuja indicação recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), onde teve como relator *ad hoc* o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

Em sua exposição, Cardoso ressaltou o crescimento dos investimentos brasileiros em Angola e defendeu a ampliação das relações com os “nossos vizinhos de frente”.

O embaixador observou que, após 41 anos de guerra, o país africano vem experimentando um intenso crescimento econômico – o PIB deverá ter uma expansão de 28% em 2007, como adiantou Cardoso.

O comércio bilateral aumentou 150% entre 2005 e 2006, saltando de US\$ 520 milhões para US\$ 1,3 bilhão. Os principais produtos exportados pelo Brasil são açúcar, gasolina, tubos



Na sabatina da CRE, Afonso José Cardoso (E), José Vicente Pimentel e Heráclito

de aço para oleodutos e tratores. Angola vendeu ao Brasil, em 2006, US\$ 464 milhões em petróleo.

África do Sul

A realização na África do Sul da Copa do Mundo de 2010 foi apontada como estímulo à aproximação bilateral pelo embaixador designado para representar o Brasil naquele país, José Vicente de Sá Pimentel. A sua indicação, que recebeu parecer favorável da CRE, teve como relator Eduardo Azeredo (PSDB-MG) – para quem a Copa será, igualmente, uma possibilidade de estímulo ao relacionamento entre os dois países.

Atualmente embaixador na Índia, Pimentel comentou com os senadores que

vem sendo apelidado, no Itamaraty, de “embaixador Ibas”, em uma referência ao nome da iniciativa diplomática que reúne Índia, Brasil e África do Sul.

Apesar do crescimento do comércio entre os dois países, que passou de US\$ 659 milhões em 2003 para US\$ 1,8 bilhão em 2006, a África do Sul continua sendo, na opinião do senador, “um parceiro de pequena representação no comércio exterior brasileiro”.

Além de representar o Brasil na África do Sul, Pimentel exercerá o cargo de embaixador junto à República de Comores, ao Reino do Lesoto e à República de Maurício.

Guatemala

A Comissão de Relações

Exteriores aprovou também parecer favorável à indicação de Luiz Antônio Fachini Gomes para o cargo de embaixador na Guatemala. Em sua exposição, ele ressaltou o processo de aproximação entre o Brasil e a América Central, nos últimos quatro anos, e observou que a Guatemala representa cerca de um terço da população e da economia centro-americanas. A indicação de Fachini teve como relator *ad hoc* o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Foi ainda aprovada a mensagem que designa o atual embaixador brasileiro na Sérvia, Dante Coelho de Lima, para exercer, cumulativamente, o cargo de embaixador junto à República de Montenegro. A indicação teve como relator *ad hoc* o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

Também recebeu aprovação requerimento de Cristovam Buarque (PDT-DF) para realização de audiência pública na comissão a respeito da situação política da América do Sul.



Eliot Engel quer reduzir taxaço do etanol brasileiro

nenhum perigo de desmatamento da Amazônia.

– Há uma consciência grande de preservação da floresta – disse.

O deputado Eliot Engel manifestou-se favoravelmente à diminuição da taxaço do etanol brasileiro no mercado americano.



Valadares mostra crescimento de doença entre pobres e ricos

Valadares alerta para aumento de casos de câncer

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) alertou ontem as autoridades para o “grave problema de saúde pública” representado pelo aumento dos casos de câncer no Brasil. Estudos mencionados pelo senador indicam que o crescimento da doença vem se verificando não só entre os pobres – em razão das más condições de vida –, como na população com nível mais alto de renda.

Valadares defendeu a adoção de programas de prevenção e combate ao câncer. Lembrou que o consumo de frutas e vegetais frescos – desde que não contaminados com agrotóxicos – é muito benéfico à saúde humana e ajuda a prevenir o câncer.

– A tendência de crescimento de câncer no Brasil é inquestionável. E seu impacto sobre nosso serviço de saúde pública é igualmente inquestionável. O câncer não cresce apenas no Brasil. Mais de 7 milhões de pessoas morrem, anualmente, da doença em todo o mundo: foram 11 milhões de casos novos em 2002, e a previsão para 2020 é de mais de 15 milhões de casos – advertiu Valadares.

Incidência

Valadares informou que entre os cânceres de maior incidência estão os de próstata, pulmão e estômago, no sexo masculino, e de mama, colo de útero e intestino, no sexo feminino.

O senador lembrou projeto de sua autoria que estimula a agricultura orgânica por meio de incentivos aos produtores rurais que queiram exercer a atividade agrícola produzindo frutas e hortaliças sem agrotóxicos.

Parlamentares dos EUA conhecem experiência dos biocombustíveis

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) e a Subcomissão Permanente de Biocombustíveis, subordinada à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), receberam ontem, em reunião conjunta, deputados e senadores do Congresso norte-americano. O objetivo da visita é conhecer de perto a experiência brasileira em biocombustíveis, especialmente a produção de biodiesel e etanol. Para isso, a delegação irá visitar, até o dia 1º de dezembro, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador, Manaus e Foz do Iguaçu (PR).

O presidente da Subcomissão para o Hemisfério Ocidental da Comissão de Relações Internacionais da Câmara dos Estados Unidos, deputado democrata Eliot L. Engel, lembrou o acordo na área de energia firmado recentemente entre os dois países e desejou que seja bem-sucedido.

O presidente da CRA, senador Neuto de Conto (PMDB-SC), esclareceu aos deputados norte-americanos que o Brasil triplicou a produção de etanol recentemente sem provocar desmatamento e sem diminuir a produção de

carne bovina, suína e de frango, nas quais está entre os maiores produtores do mundo.

O vice-presidente da Subcomissão Permanente de Biocombustíveis, Sibá Machado (PT-AC), explicou que não há perspectivas de expansão da produção na Amazônia, onde atualmente estão instaladas cinco usinas de produção de etanol para consumo interno, devido aos fatores climáticos e logísticos desfavoráveis.

O presidente da CRE, Heráclito Fortes (DEM-PI), ressaltou que não há

Leopoldo Silva

Objetivo de proposta aprovada pela Comissão de Desenvolvimento Regional é estimular municípios a fazerem a reforma urbana prevista no Estatuto da Cidade



Proposta acolhida pela CDR, presidida por Lúcia Vânia, atribui a prefeituras benefícios destinados à execução de programas sociais

Cidade que cumprir o estatuto pode ser premiada com incentivo

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto que cria benefícios a serem concedidos pela União aos municípios que impulsionarem a implementação e a consolidação das metas, ações e diretrizes contidas no Estatuto da Cidade. Esses subsídios serão destinados à execução de programas sociais, em especial nas áreas de saneamento, infra-estrutura, habitação, saúde, educação, transporte e mobilidade urbana, sempre observando-se a Lei de Responsabilidade Fiscal. Os municípios beneficiados receberão do governo federal o “Selo Estatuto da Cidade”.

De autoria do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), o projeto (PLS 69/07), que teve parecer favorável da relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO), lido por Valter Pereira (PMDB-MS), foi acolhido com emenda oferecida por Cícero Lucena (PSDB-PB), determinando que os critérios de seleção e premiação,

diferenciados segundo a população e a renda dos municípios, serão estabelecidos pelo Conselho das Cidades (ConCidades), órgão de natureza deliberativa e consultiva, criado em 2004 no âmbito do Ministério das Cidades, incumbido de propor diretrizes para o desenvolvimento urbano.

– O autor do projeto assinala que minha emenda é importante para que a decisão sobre quem ganhará o selo não fique ao bel-prazer dos governantes do dia, mas do Conselho das Cidades – explicou Cícero Lucena.

O objetivo da proposta, destacou Inácio Arruda, é incentivar os municípios a fazerem a reforma urbana prevista no Estatuto da Cidade. Essa lei, lembrou o senador, estabelece diretrizes gerais da política de desenvolvimento das cidades, além de punir quem especula o solo urbano em detrimento dos interesses coletivos, entre outras determinações.

Na mesma reunião, a presidente

da comissão, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), submeteu a discussão substitutivo de Jayme Campos (DEM-MT) a projeto de Papaléo Paes (PSDB-AP) alterando a lei que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente.

A proposição (PLS 320/05), que será analisada em decisão terminativa, dá prioridade a projetos de preservação localizados em municípios que tenham mais de 25% de suas áreas dentro de parques nacionais ou de reservas indígenas.

O senador João Pedro (PT-AM) pediu vista da matéria para estudar melhor o assunto. Ele disse que concorda com a proposta de compensar os municípios situados em áreas de preservação e reservas indígenas. Mas ressaltou ter dúvidas quanto ao critério proposto por Jayme Campos de limitar os incentivos aos municípios que tenham mais de 25% de suas áreas dentro de parques nacionais ou reservas indígenas.

Unilegis vai discutir crenças e valores do brasileiro

O antropólogo Roberto DaMatta, o cientista político Lúcio Rennó e o escritor Alberto Carlos Almeida participarão nesta segunda-feira, no Senado, de um debate sobre “Crenças e valores do brasileiro”. O evento, que terá início às 18h, no auditório do Interlegis, faz parte do ciclo de conferências promovido pela Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis).

O livro *A cabeça do brasileiro*, de Alberto Carlos Almeida, vem provocando polêmica desde que

foi lançado, em agosto deste ano. A partir de uma pesquisa realizada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), o autor analisa o perfil do brasileiro. Entre as conclusões que causaram controvérsia, está a que indica que, quanto mais baixa a escolaridade das pessoas, maior seria a tolerância à corrupção. Almeida é diretor do instituto de pesquisas Ipsos.

Roberto DaMatta é um dos mais renomados antropólogos do país. Doutor pela Harvard University,

publicou, entre as suas obras mais famosas, *Carnavais, malandros e heróis* e *A casa e a rua*.

Já Lúcio Rennó é doutor em Ciência Política pela University of Pittsburgh e fez seu pós-doutorado no Latin American and Caribbean Studies Center de Suny-Stony Brook. Foi professor-assistente do Center for Latin American Studies (University of Arizona) e é professor-adjunto do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília.

Especialistas propõem o fim de cobrança por ponto extra de TV

Defensores dos direitos dos consumidores pediram ontem, em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o fim da cobrança mensal por pontos adicionais de TV a cabo. A audiência foi requerida pelo senador Augusto Botelho (PT-RR) com o objetivo de instruir projeto de autoria de Pedro Simon (PMDB-RS) que proíbe a cobrança pelos pontos extras. O relator da matéria é Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Para Flávia Lefèvre Guimarães, conselheira da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Pro Teste), não há justificativa para a taxa suplementar. Ela pediu a aprovação da proposta de Simon, destacando que a medida poderá reduzir o número de conflitos que o Judiciário e órgãos de defesa do consumidor precisam resolver sobre a questão.

Segundo o promotor de Justiça de Defesa do Consumidor e coordenador da área de serviços do Procon de Minas Gerais, José Antônio Baeta de Melo Cançado, a questão da cobrança mensal pelos pontos adicionais é vista como abusiva por “todos os órgãos de defesa do consumidor”.

José Antônio Cançado rebateu os principais argumentos que, segundo ele, costumam ser apresentados pelas prestadoras de serviço de TV a cabo: que o ponto extra traz mais despesas; que a proibição da cobrança seria uma interferência estatal que não cabe em um serviço privado; e que a não-cobrança afetaria o equilíbrio econômico e financeiro das operadoras.

O especialista disse que a cobrança extra corresponde apenas a 0,58% do faturamento das operadoras, de acordo com planilhas publicadas na internet, e que isso não compromete a saúde financeira das empresas.



Na audiência, Cançado, Minassian, Wellington Salgado, Annenberg e Flávia Lefèvre

Superintendente defende taxaço suplementar

O superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel, Ara Apkar Minassian, defendeu, na audiência, a cobrança mensal por pontos extras de TV a cabo. Ele explicou que a colocação de um ponto com programação independente gera custos à operadora. Segundo Minassian, o país tem hoje cerca de 5 milhões de assinantes.

Por sua vez, Alexandre Annenberg, presidente-executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA), sustentou que a cobrança do ponto extra existe no mundo inteiro.

Annenberg esclareceu que o custo de operação da rede representa 20% do custo final do produto da TV por assinatura e esse seria, mais ou menos, o valor do ponto extra cobrado pelas operadoras.

Comissão promoverá nova audiência para ampliar discussão

Nova audiência pública deverá ser promovida pela Comissão de Ciência e Tecnologia visando aprofundar o debate sobre o projeto de iniciativa do senador Pedro Simon que proíbe a cobrança de taxa mensal por ponto extra de TV por assinatura. Augusto Botelho disse que não ficou satisfeito com o debate de ontem, uma vez que, segundo ele, “os especialistas apresentaram argumentos consistentes, mas opostos”.

O relator da proposta, Eduardo Azeredo, afirmou que a discussão o deixou em dúvida sobre qual deve ser a decisão final. O parlamentar explicou que não foi à toa que buscou em seu relatório sobre a matéria uma limitação de custo, mas não a proibição, tentando encontrar uma situação intermediária.